

Maria Fernanda Dias Mergulhão

DIREITO MÉDICO

**À Luz da Responsabilidade Civil e
da Lei Geral de Proteção de Dados**

Curitiba
Juruá Editora
2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 VIDA E SUAS DIMENSÕES – O INÍCIO DA EXISTÊNCIA HUMANA	19
1.1 CONCEPÇÃO UNIVERSAL DO DIREITO À VIDA HUMANA	21
1.2 CULTURA, RELIGIÃO E O DIREITO À VIDA DAS PESSOAS HUMANAS.....	26
1.3 VIDA E MORTE DAS PESSOAS HUMANAS – UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA.....	29
2 TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À VIDA NO BRASIL	35
2.1 INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA, O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL A TRATAMENTO DESUMANO E DEGRADANTE.....	39
2.2 ORDENAMENTO JURÍDICO CIVIL APÓS O ADVENTO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	44
2.2.1 A Positivação dos Direitos da Personalidade.....	47
2.2.2 O Direito à Vida e o Direito à Dignidade com Vida.....	50
2.3 TUTELA PENAL E O IMPACTO DA NORMATIVIDADE SUPERVENIENTE	53
2.3.1 Os Atos Normativos dos Conselhos Profissionais de Saúde.....	55
2.3.2 A Proposta de Reforma do Código Penal – o Novel Delito: “Eutanásia”.....	57
2.3.3 A Tipificação Penal Após o Movimento em Prol dos Direitos da Personalidade	58
2.4 A NOVA ERA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO BRASIL – MOVIMENTOS SOCIAIS PLURAIS.....	59
2.5 AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE – “TESTAMENTO VITAL” E O “MANDATO DURADOURO”: A GESTÃO PREVENTIVA DA SAÚDE HUMANA	62
2.6 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O EXERCÍCIO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	67

2.7	CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA NOS TRATAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES.....	72
3	A VIDA E SEU ANTAGONISMO: A MORTE.....	77
3.1	TUTELA CONSTITUCIONAL, CIVIL E PENAL DA MORTE DA PESSOA HUMANA NO DIREITO BRASILEIRO	79
3.2	A DISTANÁSIA E A ORTOTANÁSIA EM COTEJO COM O DIREITO À VIDA HUMANA	84
3.2.1	A <i>Encíclica Evangelium Vitae</i> da Igreja Católica e a Ortotanásia.....	87
3.2.2	O Conselho Federal de Medicina e a Ortotanásia	89
3.3	A HUMANIZAÇÃO DOS CUIDADOS NA TERMINALIDADE – CUIDADOS PALIATIVOS E DISTANÁSIA.....	91
3.3.1	Estímulos e Relações Intersubjetivas na Terminalidade: uma Chance à Vida	97
3.4	A EUTANÁSIA E O SUICÍDIO ASSISTIDO NO BRASIL – HÁ DIREITO À MORTE A SER EXERCIDO PELAS PESSOAS VIVAS?	100
4	O TRATAMENTO DA SAÚDE COMO FORMA DE ASSEGURAR A VIDA E O BEM-ESTAR HUMANOS	107
4.1	A BENEFICÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA PRIMAZIA DA VIDA HUMANA – O JURAMENTO EM HOMENAGEM A HIPÓCRATES E A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE.....	111
4.2	DIREITO AO CONHECIMENTO DE PATOLOGIAS E TRATAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES.....	113
4.3	RECUSA TERAPÊUTICA: A AUTONOMIA DO PACIENTE NOS TRATAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES.....	119
4.3.1	A Configuração da Eutanásia Passiva na Recusa Terapêutica	123
4.3.2	O Tratamento Jurídico-Legal Brasileiro da Recusa Terapêutica/Eutanásia Passiva.....	125
4.3.3	A Recusa Terapêutica para Tratamento da Saúde nos Termos Constitucionais para Assegurar o Direito à Vida e Assegurar o Direito à Vida com Dignidade	127
4.3.3.1	Conflito da norma civil com o texto constitucional	129
4.3.3.2	Interpretação constitucional com redução de texto.....	133
4.4	O CONTRATO EXISTENCIAL E O CONTRATO DE TRATAMENTO DE SAÚDE HUMANA	138
5	ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – VIDA E MORTE HUMANAS.....	141
5.1	A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE	142

5.2	PIONEIRISMO DO CONSELHO PROFISSIONAL BRASILEIRO EM DISCIPLINAR A ORTOTANÁSIA	144
5.3	OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA DO PROFISSIONAL DE SAÚDE	147
5.4	INFLUÊNCIA DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NO PSIQUISMO DO PACIENTE	148
5.5	O HUMANISMO NOS CUIDADOS MÉDICO-HOSPITALARES E OS CUIDADOS PALIATIVOS.....	150
6	DIREITO DA PERSONALIDADE E O REGIME DE RESPONSABILIDADE CIVIL NO BRASIL.....	157
6.1	ATO ILÍCITO, ATO LÍCITO E ABUSO DO DIREITO, E O ATO MÉDICO	160
6.2	CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DE CLÍNICAS E HOSPITAIS	165
6.2.1	Concorrência de Causas – um Mito Quanto à Redução do Valor Indenizatório	171
7	DIREITOS DE PERSONALIDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO-MUNDIAL. EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO GLOBO E NO BRASIL	175
7.1	EXAME CONSTITUCIONAL QUANTO À COMPETÊNCIA DO ENTE FEDERATIVO PARA LEGISLAR.....	177
7.2	DIREITO À RECUSA TERAPÊUTICA NA GESTÃO DA SAÚDE COMO UM DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	178
7.3	NORMATIVIDADE BRASILEIRA QUANTO À RECUSA TERAPÊUTICA E A TUTELA DO ATO MÉDICO E ZELO PELA ÉTICA PROFISSIONAL	180
7.3.1	Atos Administrativos Normativos Emanados dos Conselhos Profissionais e o Exame Formal Quanto à Competência: a Disciplina Infralegal do “Testamento Vital” e a Disciplina Infralegal da Recusa Terapêutica	181
7.3.2	O Código Penal e o Anteprojeto do Código Penal.....	182
8	A TUTELA PENAL DO DIREITO À VIDA FRENTE AOS NOVOS VALORES DA PERSONALIDADE HUMANA	189
8.1	O CRIME DE ABORTO E AS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO FEMINISTA	190
8.2	O CRIME DE INFANTICÍDIO E SUA VALORAÇÃO DE MATIZ RELIGIOSA.....	193
8.3	A AUTOLESÃO E O “DIREITO DE ESTAR SÓ”	198

8.4	O PSIQUISMO E AS DECISÕES DE TERMINALIDADE DA VIDA HUMANA.....	199
8.5	A COLISÃO COM OUTROS DIREITOS CONSTITUCIONAIS: A LIBERDADE DE CRENÇA E O DIREITO À INFORMAÇÃO	201
9	O DIREITO BRASILEIRO E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	205
9.1	A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E A MORTE VOLUNTÁRIA A CADA 40 SEGUNDOS.....	206
9.2	A CORTE INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO DO DIREITO À VIDA E SAÚDE HUMANAS.....	208
9.3	CARTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA	209
10	NORMATIVIDADE EM PAUTA.....	213
10.1	A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O TRATAMENTO DA SAÚDE HUMANA.....	213
10.2	OS DADOS SENSÍVEIS DA PESSOA HUMANA NO TRATAMENTO DA SAÚDE.....	215
10.3	PROJETO DE LEI 5.559 DE 2016 – ESTATUTO DOS PACIENTES	216
10.4	PROJETO DE LEI 149 DE 2018 – DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE SOBRE TRATAMENTO DE SAÚDE	219
	CONCLUSÃO	223
	PROPOSIÇÕES.....	227
	REFERÊNCIAS.....	231
	ÍNDICE REMISSIVO	235